



FENAE



CONTRAF



Fenae, Anapar e Contraf-CUT apresentam contraproposta para redução do equacionamento

Entidades representativas dos participantes da Funcef – Fenae, Contraf-CUT e Anapar – enviaram para a Comissão Executiva de Empregados da Caixa (CEE/Caixa) uma contraproposta para redução do equacionamento a ser discutida com a Caixa, em mesa de negociação. Na contraproposta, dois pontos são considerados fundamentais: aumento da meta atuarial, que representa a rentabilidade mínima esperada para cada plano, e a solução para o contencioso.

Entenda a proposta:

Retorno da meta atuarial de 4,5% (atuais) para 5,5%

Essa medida vai impactar no REG/Replan Saldado e também o valor dos benefícios futuros dos participantes que estão na ativa, incluindo os participantes do REB e do Novo Plano.

Em 2017, a Funcef reduziu a meta atuarial de 5,5% para 4,5%. Somente no REG/Replan Saldado a medida custou para os participantes R\$ 6,256 bi, sem qualquer contrapartida da patrocinadora.

Segundo estudos da própria Funcef, o aumento da meta atuarial contribuiria também para redução do déficit não equacionado que, conforme o acumulado de 2023, está na ordem de R\$ 6 bilhões.

A meta atuarial se refere à rentabilidade mínima que os investimentos precisam ter para que seja possível arcar com as obrigações previdenciárias. Quanto menor a meta atuarial, menor será, futuramente, valor do benefício a receber.

Solução para o contencioso

As entidades defendem a inclusão do contencioso como responsabilidade da Caixa na proposta de redução do equacionamento.

De acordo com a Funcef, o impacto do pagamento de rubricas judiciais nos planos soma R\$1,9 bilhão. A este valor, ainda se somam as provisões. Apenas as rubricas salariais e os custos processuais somam cerca de R\$ 1,5 bilhão, excluindo as verbas referentes às ações IPAC (mulheres pré-79), que são exclusivamente previdenciárias. Mais de 71% do montante de R\$ 1,9 bilhão refere-se ao REG/Replan Saldado, correspondendo a cerca de R\$ 1,37 bilhão, dos quais mais de R\$ 1 bilhão são de rubricas salariais

Outro impacto das ações judiciais nos planos são as provisões constituídas para as ações que ainda estão em andamento. Nelas, a Funcef constitui provisões para as ações cujo risco de perda é avaliado como provável, e estas provisões causam impacto direto no resultado dos planos, mesmo antes da sentença. Este valor é evidenciado no balanço da Fundação e, no REG/Replan Saldado, representa cerca de R\$ 1,45 bi, dos quais, de acordo com a Funcef, mais de R\$ 500 milhões teriam origem nas relações de trabalho entre participante e patrocinadora.

No balancete de fevereiro deste ano, das provisões constituídas para suportar perdas em ações judiciais, R\$ 1,511 bilhão e R\$ 277 milhões impactam o REG/Replan Saldado e Não Saldado, respectivamente.

Outras propostas das entidades

A antecipação da parte do equacionamento da Caixa por meio de títulos públicos, que, mantidos até o vencimento, permitiria que a Funcef os contabilizasse como "marcados na curva". Como os compromissos da Funcef são de longo prazo, isso se adequa à política de macro-alocação da entidade; atualização do prazo do equacionamento, que permite uma redução na alíquota.



Pesquisa

Os participantes não aceitam as propostas da Caixa que retiram direitos. A Fenae e as entidades representativas reivindicam a abertura de um processo de negociação entre a Comissão Executiva de Empregados (CEE/Caixa) e a patrocinadora e o envolvimento dos participantes nesse processo.

A Fenae encomendou uma pesquisa com os participantes para avaliar a opinião deles sobre a proposta apresentada pela Caixa e Funcef.

O levantamento revelou que 47% dos respondentes discordam total ou parcialmente da proposta, enquanto 46% concordam total ou parcialmente e 78% avaliam que a gestão da Funcef deve cobrar de forma mais efetiva que a Caixa se responsabilize pelas ações trabalhistas do contencioso.

Outro dado interessante é de que 67% dos respondentes discordam da exclusão do pecúlio por morte e 63% dos respondentes discordam da redução da pensão por morte.

**FENAE****CONTRAF**

Proposta da Caixa e seus impactos

PROPOSTA DA CAIXA	IMPACTOS DA PROPOSTA
Redução da pensão de 80% para 50% + 10% por dependente, limitado a 80%	Caixa e Funcef projetam pagar cerca de R\$ 1,8 bilhão (5,49%) a menos para os futuros pensionistas, em comparação com a regra atual
Redução da idade limite para recebimento da pensão para os filhos para os 21 anos. (Atualmente são 24 anos)	Projetam pagar cerca de R\$ 11,8 milhões (0,04%) a menos para os futuros pensionistas, em comparação com a regra atual
Fim do Auxílio Pecúlio (Atualmente está fixado em duas vezes e meia o valor do benefício)	Projetam pagar cerca de R\$ 815,2 milhões (2,49%) a menos para os futuros pensionistas, em comparação com a regra atual
Atendimento à Lei 3.135/2015 (tabela de temporalidade, que limita o prazo de pagamento da pensão por morte conforme a idade do dependente)	Projetam pagar cerca de R\$ 34,5 milhões (0,11%) a menos para os futuros pensionistas, em comparação com a regra atual
Alteração do início de acumulação do benefício salgado no Fundo de Acumulação de Benefício (FAB), removendo o direito de incorporar o tempo de contribuição por ingresso no mercado antes dos 18 anos)	Projetam pagar cerca de R\$ 258,6 milhões (0,79%) a menos para os futuros pensionistas, em comparação com a regra atual
Antecipação do pagamento	A contrapartida da Caixa seria apenas antecipar sua parte no equacionamento, aportando outros R\$ 2,9 bilhões

**A Caixa propõe a unificação dos três equacionamentos vigentes em um só e aumento do prazo de pagamento em 6 anos, passando de 12 para 18 anos. Os valores apresentados acima, nos impactos da proposta da Caixa e Funcef, correspondem ao cálculo que leva em conta este alongamento do prazo. Se o prazo original fosse mantido, a redução da taxa de equacionamento seria de 5,43%. Com alongamento, a redução prevista é de 8,91%. É importante ressaltar que o maior causador do déficit da Funcef foi a redução da meta atuarial que ocorreu em 2017, o que gerou impacto de mais de R\$ 6,2 bilhões. A proposta da Caixa não engloba o valor de R\$ 6,2 bilhões, que não foi incluído nos atuais planos de equacionamento.*



Histórico

Após inúmeras cobranças feitas pela Fenae e outras entidades associativas dos empregados, a Caixa e a Funcef anunciaram, em dezembro de 2023, a criação de um grupo de trabalho (GT) para realizar estudos sobre o equacionamento dos déficits do plano REG/Replan. Como o anúncio era de que apenas representantes do banco e da fundação comporiam o GT, as entidades enviaram ofício à Caixa e à Funcef cobrando a participação da representação sindical dos empregados no GT. O pedido de participação dos trabalhadores no GT foi ignorado pela Funcef e pela Caixa.

No início de julho deste ano, a Fenae, a Contraf-CUT e a Anapar participaram de reuniões com a Funcef. Na primeira reunião, a Funcef trouxe informações sobre o impacto de mudança de taxa de juros (meta atuarial). Na segunda reunião, a Funcef apresentou informações com relação ao contencioso judicial.